



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

# IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 13, Issue, 02, pp. 61794-61796, February, 2023

<https://doi.org/10.37118/ijdr.26164.02.2023>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

## ACESSO À SAÚDE DE MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: UM PROTOCOLO DE REVISÃO DE ESCOPO

\*Ilona Açucena Chaves Gonçalves and Luís Carlos Lopes-Júnior

Universidade Federal Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo Brasil

### ARTICLE INFO

#### Article History:

Received 07<sup>th</sup> January, 2023

Received in revised form

11<sup>th</sup> January, 2023

Accepted 06<sup>th</sup> February, 2023

Published online 28<sup>th</sup> February, 2023

#### KeyWords:

Prisões; Mulheres; Populações Vulneráveis; Acesso aos Serviços de Saúde; Saúde Pública.

#### \*Corresponding author:

Ilona Açucena Chaves Gonçalves,

### ABSTRACT

**Objetivo:** Sintetizar e mapear os estudos acerca do acesso aos serviços de saúde de mulheres em privação de liberdade e, identificar os Determinantes Sociais de Saúde (DSS) associados a o cárcere. **Métodos:** protocolo de revisão de escopo aderente ao *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses Protocols*. A estratégia de busca será conduzida em 8 bases de dados quais sejam: EMBASE, Cochrane Library MEDLINE/PubMed, Web of Science, SCOPUS, CINAHL, PsycINFO e LILACS, sem limites de data de publicação e de linguagem. A qualidade metodológica dos estudos será avaliada por dois revisores independentes, utilizando as ferramentas de avaliação do *Joanna Briggs Institute*. **Resultados:** serão apresentados de forma descritiva em consonância com os desfechos e a pergunta norteadora. **Conclusão:** esta será a primeira revisão de escopo com alto rigor metodológico reunir as evidências sobre o acesso às ações/serviços de saúde de dessa população vulnerável, correlacionando com os DSS. **Contribuições para a prática:** é premente sintetizar as evidências sobre esse tópico para sensibilizar os profissionais de saúde e traçar estratégias ao encarceramento de modo a garantir o direito a essa população vulnerável.

Copyright©2023, Ilona Açucena Chaves Gonçalves and Luís Carlos Lopes-Júnior. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

**Citation:** Ilona Açucena Chaves Gonçalves and Luís Carlos Lopes-Júnior. 2023. "Acesso à saúde de mulheres em privação de liberdade: um protocolo de revisão de escopo", *International Journal of Development Research*, 13, (02), 61794-61796.

## INTRODUCTION

Aproximadamente 37 mil mulheres brasileiras são privadas de liberdade (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2018) onde o encarceramento é sua principal forma de execução penal (Mhlanga-Gunda, 2020). Dentre esse contingente, destaca-se que 62% dessas mulheres estão encarceradas por tráfico de drogas. Salienta-se que houve no período entre 2006 e 2014 um aumento substancial de 567,4% no encarceramento de mulheres (Wildeman, 2017), especialmente da população negra (Dalenogare, 2022). O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), que apresentou o perfil de mulheres encarceradas, apontou para uma população predominantemente jovem, com filhos, responsáveis diretas pelo provimento do sustento familiar, com baixo nível de escolaridade, pobres, especialmente negras, exercendo atividades de trabalho informal anterior ao aprisionamento; e que foram presas principalmente por tráfico de drogas (Brasil, 2014). Estudos realizados em presídios femininos de regiões brasileiras apontaram uma alta prevalência de ISTs em mulheres encarceradas: de 0%–26% para HIV (Negreiros, 2017), 2,2%–22,8% para sífilis (Strazza, 2004) e 3,8%–26,4% para hepatite B (Negreiros, 2017). Adicionalmente, o encarceramento pode ter influência multifatorial na vulnerabilidade dessas mulheres, não apenas por terem pouco conhecimento e acesso a informações sobre questões relacionadas à prevenção e transmissão, mas, sobretudo, pela exposição à violência

sexual, distorção da percepção de risco ou até mesmo, pelo acesso restrito a preservativos e consultas com profissionais de saúde (Benedetti, 2020). Sob a perspectiva dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS) (Dahlgren, 2006), as condições vividas por essa população vulnerável evidencia-se os fatores sociais, psicológicos, econômicos, culturais, étnicos/raciais (Islam, 2019 and Marmot, 2018), revelando, iniquidades sociais e em saúde que por ser injustas poderiam ser evitáveis (Instituto Terra Trabalho e Cidadania, 2020). Esses elementos impactam negativamente sobre o processo saúde-doença-cuidado e qualidade de vida dessas mulheres, desencadeando por exemplo, transtornos mentais (Alcântara, 2014), aumento na incidência de doenças transmissíveis e doenças e agravos não transmissíveis (Santos, 2017). Assim, o objetivo da revisão é sintetizar e mapear os estudos acerca do acesso aos serviços de saúde de mulheres em privação de liberdade e, identificar os Determinantes Sociais de Saúde (DSS) associados ao cárcere.

## MÉTODOS

Este estudo é um protocolo de revisão de escopo, guiado pelo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses Protocols* (PRISMA-P) (Moher, 2015) e desenvolvido seguindo o Manual de Síntese de Evidências do *Joanna Briggs Institute* (Peters, 2020). Ressalta-se que a revisão de escopo (produto final) será

reportada em consonância com o *PRISMA Extension for Scoping Reviews* (PRISMA-ScR) (Tricco, 2018). Ressalta-se que o protocolo dessa revisão de escopo foi registrado junto ao *Open Science Framework*, sob número de Registro: [osf.io/bd897](https://osf.io/bd897), conforme recomendações do *Joanna Briggs Institute* (Peters, 2020). Para formular a pergunta norteadora desta revisão de escopo, utilizamos o acrônimo PCC (Arksey, 2005) onde (P – *População*= mulheres em privação de liberdade; C – *Conceito*= acesso à saúde; e C – *Contexto*= população vulnerável), que permitiu a elaboração da questão norteadora: “Quais as evidências acerca do acesso às ações e serviços de saúde de mulheres em privação de liberdade e sua relação com as doenças mais prevalentes nessa população vulnerável?”

A estratégia de busca será conduzida nas seguintes bases de dados: EMBASE, Cochrane Library MEDLINE/PubMed, Web of Science, SCOPUS, CINAHL, PsycINFO e LILACS, sem limites de período de publicação e de linguagem. Será assegurado uma combinação de descritores controlados bem como descritores não controlados, sinônimos e palavras-chave, respeitando os indexadores de assunto de cada base de dados, de modo a ampliar a busca, usando os operadores booleanos "AND" e "OR" (Lopes-Júnior, 2022). Por exemplo, na MEDLINE, acessaremos os descritores controlados do *Medical Subject Headings*-MeSH; PsycINFO *Thesaurus* será consultado para a base PsycINFO, os *Emtree terms* para a Embase, o *CINAHL Headings* na CINAHL e os Descritores em Ciências da Saúde para a LILACS. Sites de registros tais como o *ClinicalTrials.gov* e o *WHO ICTRP*, também serão acessados. Em adição, serão realizadas buscas em outras fontes diversas, tais como a *British Library*, *ProQuest Dissertations & Theses Global*, e no *medRxiv*. Ademais, a lista de referências finais dos estudos primários será checada manualmente para possível elegibilidade. A estratégia de busca nas bases de dados está descrita detalhadamente no Material Suplementar 1.

Utilizaremos o EndNote™ para gerenciar as referências e excluir as duplicatas, de modo a assegurar uma busca sistematizada e transparente. Serão incluídos todos os estudos primários, de abordagem quantitativa e/ou qualitativa que abordem o acrônimo PCC mencionado anteriormente. Salienta-se que não serão aplicadas restrições de período de publicação ou de linguagem durante a seleção dos estudos. Serão excluídos os estudos que abrangem homens privados de liberdade, e aqueles estudos cuja população são adolescentes e jovens que cumpram medida socioeducativa. No que diz respeito a fase de seleção dos estudos, dois revisores realizarão essa etapa de modo independente. Além disso, um terceiro revisor será acionado para analisar e decidir sobre a inclusão/exclusão de algum estudo com decisão conflitante. Para essa etapa de elegibilidade utilizaremos o aplicativo Rayyan™ (Ouzzani, 2016), para o gerenciamento da seleção e inclusão dos estudos na revisão de escopo. A extração dos dados será conduzida por meio de um formulário adaptado de estudos previamente publicados (Lopes-Júnior, 2002; Lopes-Júnior, 2020; Silva Junior, 2020; Casemiro, 2022). De igual modo, dois revisores realizarão independentemente a extração de dados. Utilizaremos a hierarquização das evidências descritas por Fineout-Overholt et al (Fineout-Overholt, 2020), para classificar os estudos incluídos, a qual categoriza as evidências de I a VII segundo o delineamento de cada estudo, classificando-as em níveis I e II: evidências fortes; níveis III, IV e V: evidências moderadas; e VI e VII: evidências fracas (Fineout-Overholt, 2010). Para a avaliação metodológica dos artigos incluídos, utilizaremos as ferramentas de avaliação metodológica do *JBI* de acordo com os delineamentos (Munn, 2018), e essa etapa também será conduzida por dois revisores de modo independente. Os dados serão analisados de forma descritiva e em consonância com a pergunta norteadora.

## RESULTADOS

Inicialmente um *flowchart* PRISMA (Page, 2020) será apresentado para descrever o processo de seleção dos estudos incluídos. Após a síntese, classificação e avaliação das evidências, os resultados serão sumarizados e apresentados de maneira descritivas em tabelas e

quadros, a fim de sintetizar e mapear os estudos acerca do acesso aos serviços de saúde de mulheres encarceradas e identificar os DSS associados entre o cárcere e as doenças mais prevalentes nessa população vulnerável.

## DISCUSSÃO

É fundamental a garantia dos direitos relacionados à essa população vulnerável que se encontra em privação de liberdade, sobretudo no que concerne aos princípios basilares de saúde reiterados pelo Sistema Único de Saúde brasileiro, além da resolubilidade proposta pelas leis vigentes (Benedetti, 2020; Dyer, 2019; Leocádio, 2020; Graça, 2018 and Santos, 2017).

**Limitações do estudo:** Uma possível limitação deste estudo será o número de artigos a serem recuperados, mesmo sendo realizado uma estratégia de busca ampla e sistemática nas principais bases de dados eletrônicas e literatura cinzenta. Entretanto, nesta revisão de escopo, adotaremos uma abordagem rigorosa aderindo às diretrizes do PRISMA-ScR e conduzindo uma estratégia de busca abrangente e sistemática, incluindo estudos primários e literatura cinza, sem restrições de data de publicação ou idioma.

**Contribuições para a prática:** É premente sintetizar as evidências sobre esse tópico para sensibilizar os profissionais de saúde e pensar/planejar estratégias ao encarceramento como forma de garantir o direito à saúde dessas mulheres em situação de vulnerabilidade.

## CONCLUSÃO

Para o melhor do nosso conhecimento, esta será a primeira revisão de escopo com alto rigor metodológico a reunir as evidências sobre o acesso às ações/serviços de saúde de dessa população vulnerável, correlacionando com os DSS.

## REFERÊNCIAS

- Ministério da Justiça e Segurança Pública (BR), Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres 2016. 2. ed. Brasília, DF; 2018.
- Mhlanga-Gunda R, Kewley S, Chivandikwa N, Van Hout MC. Prison conditions and standards of health care for women and their children incarcerated in Zimbabwean prisons. *Int J Prison Health*. 2020;16(3):319-36. doi: <http://dx.doi.org/10.1108/IJPH-11-2019-0063>
- Wildeman C, Wang EA. Mass incarceration, public health, and widening inequality in the USA. *Lancet*. 2017;389(10077):1464-74. doi: [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(17\)30259-3](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(17)30259-3).
- Dalenogare G, Maffaccioli R, Vieira LB, Dotta RM. Women, prisons, and freedom: experiences of former female inmates from the prison system in Rio Grande do Sul, Brazil. *Cien Saúde Colet*. 2022;27(12):4531-40. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320222712.11462022>
- Brasil. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2014. Disponível em: [https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/361/3/PRI\\_GM\\_2014\\_210.html](https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/361/3/PRI_GM_2014_210.html). Acesso em: 23 de junho de 2022.
- Negreiros DEH, Vieira DS. Prevalência de hepatites b, c, sífilis e HIV em privados de liberdade - Porto Velho, Rondônia. *Rev Interdisciplinar*. 2017;10(1):43-52. Doi:
- Strazza L, Azevedo RS, Carvalho HB, Massad E. The vulnerability of Brazilian female prisoners to HIV infection. *Braz J Med Biol Res*. 2004;37(5):771-6. <https://doi.org/10.1590/S0100-879X2004000500020>

- Benedetti MSG, Nogami ASA, Costa BBD, Fonsêca HIFD, Costa IDS, Almeida IS, Miranda L, Conchy MMM, Bentes RDS, Higa SN, Israel TS, Fonseca AJD. Sexually transmitted infections in women deprived of liberty in Roraima, Brazil. *Rev Saude Publica*. 2020 Nov 2;54:105. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054002207>.
- Dahlgren G, Whitehead M. Levelling up (part 1): a discussion paper on European strategies for tackling social inequities in health. Copenhagen, WHO Regional Office for Europe, 2006.
- Islam MM. Social Determinants of Health and Related Inequalities: Confusion and Implications. *Front. Public Health*. 2019;7:11. doi: <http://dx.doi.org/10.3389/fpubh.2019.00011>.
- Marmot M. Medical care, social determinants of health, and health equity. *World Medical and Health Policy*. 2018;10:195–7. doi: <http://dx.doi.org/10.1002/wmh3.261>.
- Instituto Terra Trabalho e Cidadania. Mulheres em prisão: desafios e possibilidades para reduzir a prisão provisória de mulheres. 2020:312p. Disponível em: <https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2018/01/documento-itc-relatorio-mulheres-em-prisao-2017.pdf>. Acesso em: 22 de junho de 202w.
- Alcântara RLS, Sousa CPC, Silva TSM. Infopen Mulheres de 2014 e 2018: desafios para a Pesquisa em Psicologia. *Psicol Ciên Prof*; 2018;38:(spe2):83-101. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212154>
- Santos MV, Alves VH, Pereira AV, Rodrigues DP, Marchiori GRS, Guerra JVV. Mental health of incarcerated women in the state of Rio de Janeiro. *Texto Contexto Enferm*, 2017; 26(2):e5980015. doi: <https://doi.org/10.1590/0104-07072017005980015>
- Moher D, Shamseer L, Clarke M, Ghersi D, Liberati A, Petticrew M, Shekelle P, Stewart LA; PRISMA-P Group. Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis protocols (PRISMA-P) 2015 statement. *Syst Rev*. 2015 Jan 1;4(1):1. doi: <https://doi.org/10.1186/2046-4053-4-1>.
- Peters MDJ, Godfrey C, McInerney P, Munn Z, Tricco AC, Khalil, H. Chapter 11: Scoping Reviews (2020 version). In: Aromataris E, Munn Z (Editors). *JBIM Manual for Evidence Synthesis*, JBI, 2020. <https://doi.org/10.46658/JBIMES-20-12>.
- Tricco AC, Lillie E, Zarin W, O'Brien KK, Colquhoun H, Levac D, et al. PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and Explanation. *Ann Intern Med*. 2018;169(7):467–73. <https://doi.org/10.7326/M18-0850>.
- Arksey H, O'Malley L. Scoping studies: Towards a methodological framework. *Int J Soc Res Methodol Theory Pract*. 2005;8(1):19–32. <https://doi.org/10.1080/1364557032000119616>.
- Lopes-Júnior LC, Lima RAG, Maia EBS, Ribeiro KCB, Fuentes-Alabí S, Sullivan CE, Abraham M, Weber LS, Ponce LV. Essential core competencies for scope of practice of paediatric oncology nurses in Latin America: a scoping review protocol. *BMJ Open*. 2022 Jul 22;12(7):e061853. doi: <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2022-061853>.
- Ouzzani M, Hammady H, Fedorowicz Z, Elmagarmid A. Rayyan-a web and mobile app for systematic reviews. *Syst Rev*. 2016 Dec 5;5(1):210. doi: <https://doi.org/10.1186/s13643-016-0384-4>.
- Lopes-Júnior LC, Bomfim E, Olson K, Neves ET, Silveira DSC, Nunes MDR, et al. Effectiveness of hospital clowns for symptom management in paediatrics: systematic review of randomised and non-randomised controlled trials. *BMJ*. 2020;371:m4290. doi: <https://doi.org/10.1136/bmj.m4290>.
- Silva Junior FJGD, Sales JCES, Monteiro CFS, Costa APC, Campos LRB, Miranda PIG, et al. Impact of COVID-19 pandemic on mental health of young people and adults: a systematic review protocol of observational studies. *BMJ Open*. 2020;10(7):e039426. <http://dx.doi.org/10.1136/bmjopen-2020-039426>.
- Casemiro LKDDS, Lopes-Júnior LC, Jardim FA, Sulino MC, de Lima RAG. Telehealth in outpatient care for children and adolescents with chronic conditions during the COVID-19 pandemic: A scoping review protocol. *PLoS One*. 2022 Jun 10;17(6):e0269821. doi: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0269821>.
- Fineout-Overholt E, Melnyk BM, Stillwell SB, Williamson KM. Evidence-based practice step by step: Critical appraisal of the evidence: part I. *Am J Nurs*. 2010 Jul;110(7):47-52. doi: <https://doi.org/10.1097/01.NAJ.0000383935.22721.9c>.
- Munn Z, Peters MDJ, Stern C, et al. Systematic review or scoping review? guidance for authors when choosing between a systematic or scoping review approach. *BMC Med Res Methodol* 2018;18:143. doi: <https://doi.org/10.1186/s12874-018-0611-x>.
- Page MJ, McKenzie JE, Bossuyt PM, Boutron I, Hoffmann TC, Mulrow CD, et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*. 2021 Mar 29;372:n71. doi: <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>.
- Dyer L, Hardeman R, Vilda D, Theall K, Wallace M. Mass incarceration and public health: the association between black jail incarceration and adverse birth outcomes among black women in Louisiana. *BMC Pregnancy Childbirth*. 2019 Dec 27;19(1):525. doi: <https://doi.org/10.1186/s12884-019-2690-z>.
- Leocádio AF, Assis DA, De Guimarães TMM. Sexually Transmitted Infections: vulnerability of women deprived of freedom. *Research, Society and Development*, 2020;9(10):1-18. doi: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i10.9021>
- Graça BC, Mariano MM, Gusmão MAJX, Cabral JF, Nascimento VF, Gleriano JS, Hattori TY, Terças-Trettel ACP. Difficulties of women deprived of liberty in accessing health services. *Rev Bras Promoc Saúde*. 2018;31(2):1-9. doi: <http://dx.doi.org/10.5020/18061230.2018.7374>
- Santos MV, Alves VH, Pereira AV, Rodrigues DP, Marchiori GRS, Guerra JVV. The physical health of women deprived of their freedom in a prison in the state of Rio de Janeiro. *Esc Anna Nery*. 2017;21(2):e20170033. doi: 10.5935/1414-8145.20170033

\*\*\*\*\*